

Emanuel Antônio Rezende de Araújo

ILHAS DE DESORDEM
Invisibilidades nas Políticas Culturais em São José dos Campos

Monografia apresentada ao
Programa de Especialização
Pós-graduação lato sensu da
UFMG - GDE
Título de especialista em
Educação para Diversidade

Orientadora: Profa. Regina Helena Alves da Silva
Co-orientadora: Johanna Monagreda

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP
2016
Emanuel Antônio Rezende de Araújo

ILHAS DE DESORDEM
Invisibilidades nas Políticas Culturais em São José dos Campos

Banca Examinadora:

Professor. _____

Professor. _____

Professor _____

Responsável _____

Pró-Reitor de Educação Continuada – UFMG - GDE

São José dos Campos, __ de _____ de 2016.

DEDICATÓRIA

A Kika Medina pela luta em prol da comunidade LGBTT do Vale do Paraíba

A Rosa Miranda pela luta contra o preconceito étnico racial na região

E a todos e todas que contribuíram e contribuem para a construção de uma sociedade mais
justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Marco Aurélio Máximo Prado pela oportunidade.

Fundação Cultural Cassiano Ricardo pelo apoio

Mirian Cris pela amizade, carinho e a força.

EPÍGRAFE

O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado.

Mário de Andrade, sobre a sua geração, em 1944.

RESUMO

Este trabalho pretende discutir três ações culturais em que a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, como órgão municipal responsável pela proposição, gestão, implementação de políticas públicas na área da cultura em São José dos Campos, participou ativamente ora como colaboradora e parceira direta ora como gestora e produtora, e de como as referidas intervenções provocaram e foram provocadas gerando novas atitudes dos gestores, artistas e movimentos sociais em relação às políticas culturais da cidade de São José dos Campos.

Palavras-chave: diversidade, políticas culturais e cultura.

ABSTRACT

This work intends to discuss three cultural actions made by Fundação Cultural Cassiano Ricardo as a municipal institution responsible for proposal, management and implementation of public policies in the cultural area in São José dos Campos.

The institution has been participated actively as collaborator and direct partner, as well as manager and producer. Also the work understands how these interventions has been provoked and also provoked new attitudes from managers, artists and social movements related to cultural policies in São José dos Campos city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Caminhada do Povo do Axé	10
Foto 2 – Folder – I Seminário - Intolerâncias: Convivência em Conflito	26
Foto 3 – Folder – Encerramento das Oficinas Culturais	31
Foto 4 – Folder – Reportagem - I encontro do Povo do Axé	37
Foto 5 – Folder - I encontro do Povo do Axé	38

SUMÁRIO

I – Introdução	10
II – Desenvolvimento	13
Parte1 - O contexto das políticas culturais em São José dos Campos	13
Parte 2 – A Cena Atual	19
Parte 3 – Atividades	26
3.1 – I Seminário - Intolerâncias: Convivência em conflito	26
3.2 – Programa Arte nos Bairros	31
3.3 – I Encontro do Povo de Axé	37
III – Conclusão	43
IV – Bibliografia	45

ILHAS DE DESORDEM

Invisibilidades nas Políticas Culturais em São José dos Campos



Foto1: Paulo Nogueira-2016

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende realizar um relato crítico de três ações culturais, aqui chamadas de intervenções, em que a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, como órgão municipal responsável pela proposição, gestão, implementação de políticas públicas na área da cultura em São José dos Campos, participou ativamente ora como colaboradora e parceira direta ora como gestora e produtora, e de como as referidas intervenções provocaram e foram provocadas desescondendo demandas reprimidas e gerando novas atitudes de gestores, artistas e movimentos sociais em relação às políticas culturais da cidade de São José dos Campos.

Para tanto apresentarei as referidas intervenções buscando situá-las no conjunto das políticas públicas na área da cultura em São José dos Campos que até recentemente centrou suas ações, programas e projetos nos limites das sete Belas Artes e patrimônio material, ou seja, na clássica concepção de cultura e de como as intervenções relatadas criaram espaços,

visibilizaram suas demandas e alteraram no sentido de incluir as expressões desses grupos no conjunto de políticas culturais gerenciadas pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo em São José dos Campos.

Nomeamos como intervenções as ações ou atividades que fazem parte deste relato crítico por serem propostas que provocaram mudanças, ampliaram espaços, atenderam demandas reprimidas pelo conceito basilar até então norteador das políticas públicas da cultura em São José dos Campos centradas até então no modelo hegemônico, clássico iluminista das Sete Belas Artes e do Patrimônio Material desta forma ampliando o conceito de cultura para a dimensão antropológica.

A dimensão antropológica da cultura foi construída a partir do século XIX pela antropologia traduzida aqui por Chauí pelo conceito de cultura (...) o termo cultura passa a ter a abrangência sendo agora entendido como produção e criação de linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e formas de trabalho, dos modos de habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, das artes, dos sistemas de parentesco e a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz da noção de vida e morte. (CHAUÍ, 2009)

Para tanto dividimos o registro crítico em quatro partes sendo:

I - Introdução

II - Desenvolvimento

1 - O contexto das políticas culturais em São José dos Campos.

2 - A cena atual.

3 - Atividades.

III - Conclusão.

IV - Referência Bibliográfica e outros.

Duas das três intervenções investigadas ocorreram no segundo semestre de 2015 e a terceira ocorreu nos dias 22 e 23 de janeiro do presente ano. Duas com patrocínio e produção direta da Fundação Cultural Cassiano Ricardo tendo em uma delas a parceria do SESC-São José dos Campos e a última ou a terceira como apoio com realização da CONEN-Vale do Paraíba- Coordenação Nacional das Entidades Negras.

Atividades:

Programa Arte nos Bairros - com o tema transversal - Diversidade: Raça-etnia, Gênero, Sexualidades Humanas.

Programa de formação anual da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, composto por 350 oficinas, abrangendo as linguagens da arte e da cultura ocorrido de março a novembro de 2015:

Teatro; Música; Dança; Literatura; Artes Visuais; Audiovisual; Cultura Digital; Cultura da Infância; Artesanato; Cultura da Paz; Patrimônio Cultural; Cultura Popular.

Seminário - Intolerâncias: Convivência em conflito

Conjunto de seis palestras seguidas por debates com a plateia cujo tema central abordou as questões étnico-raciais, gênero e sexualidades humanas. Realizado em parceria com o SESC São José dos Campos.

I Encontro do Povo de Axé.

Evento realizado nos dias 22 e 23-01-2016 incluindo seminário, feira e marcha contra a intolerância às religiões de matriz africana, reunindo a comunidade pertencente a diferentes nações do Candomblé e Umbanda realizada pela CONEN-Vale do Paraíba com apoio da Fundação Cultural Cassiano Ricardo. .

II DESENVOLVIMENTO

Parte 1

O contexto das políticas culturais em São José dos Campos:

A Fundação Cultural Cassiano Ricardo é o órgão gestor das políticas públicas em São José foi criada em 1986 se fortalecendo na primeira década da sua existência enquanto instituição concentrando suas ações em sua sede localizada no centro da Cidade criou o departamento de Ação Cultural Descentralizada na década de noventa com a missão de democratizar o acesso à cultura por meio da descentralização de suas ações ampliando o acesso a amplos setores da população e multiplicando suas ações e espaços em várias regiões da cidade de São José dos Campos.

As discussões em torno da revisão das políticas culturais por meio da democratização da cultura emergiram no bojo do processo de redemocratização do país e enriqueceram com a experiência da gestão democrática da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo tendo a frente à filósofa Marilena Chauí inspirada pela atuação da UNESCO nos anos 70 e 80 que por meio de encontros e conferências, convenções centrou seu foco nas políticas culturais trazendo a luz os conceitos de democracia cultural, direitos culturais e cidadania cultural pensada como políticas de estado entendida aqui como “conjunto de ações que favorecem a expressões das subculturas particulares e fornece aos excluídos os meios de desenvolvimento

para eles mesmos se cultivarem seguindo suas próprias necessidades e exigências (BOTELHO, 2011)”.

A Gestão de Chauí trouxe para a cena das políticas culturais uma revisão dos paradigmas então vigentes, gestados no ceio dos anos de chumbo, centrados no dirigismo e na conceituação iluminista de cultura, focada nas sete belas artes traduzidas por Rubim como as Três Tristes Tradições das políticas culturais brasileiras—representadas pela ausência, instabilidade e autoritarismo em uma referência ao trava línguas Três Tigres Tristes caracterizam a essência das políticas públicas de cultura brasileiras, em uma sociedade extremamente verticalizada e desigual como a nossa, seriam responsáveis por travar a consolidação de políticas de Estado.

A cultura para a democracia cultural passa para a ordem do direito ampliado a todo cidadão, um direito não somente ao fruir, mas também ao produzir, criar, preservar; gerenciar, legitimando conceitos, novos paradigmas: cidadania cultural, democracia cultural, descentralização, participação.—As Três Tristes Tradições das políticas culturais brasileiras segundo Rubim representadas pela ausência, instabilidade e autoritarismo em uma referência ao trava línguas Três Tigres Tristes caracterizam a essência das políticas públicas de cultura brasileiras, em uma sociedade extremamente verticalizada e desigual como a nossa, seriam responsáveis por travar a consolidação de políticas de Estado da Cultura em nosso país e consequentemente fomentar a exclusão cultural sistêmica que está submetida numerosa parcela da população brasileira.

Mesmo a construção de políticas culturais, em processo nas últimas décadas, apresentarem significativos avanços com propostas de políticas estruturantes de Estado inauguradas pelo governo Lula com Gilberto Gil a frente do Ministério da Cultura por meio da Criação do Sistema Nacional de Cultura, uma espécie de SUS da cultura que persegue em sua formulação e estruturação de políticas que atuam no curto, médio e longo prazo fortalecendo um sistema em rede que articula a continuidade de um conjunto de ações tanto no campo institucional e jurídico quanto no campo do fomento ações para além do tempo administrativo dos mandatos.

O SNC formado pelos: órgão Gestor; Plano de Cultura; Conselhos de Política Cultural, Fundo de Cultura; Sistema de dados e Indicadores Culturais; Conferências e Programa de Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos em níveis: nacional, estadual e municipal percebemos um longo caminho afim de que a cultura assuma a centralidade nas

políticas públicas pela sua transversalidade e capacidade de dialogar com as mais diferentes áreas da gestão pública e desta forma superando os paradigmas acima indicados pelo travalínguas parodiado por Rubim apontado aqui como primeiro desafio a consolidação das políticas culturais e a gestão.

É claro que para que a implementação de políticas estruturantes de Estado na área da cultura pressupõe-se a existência de uma um estado democrático, ou seja, uma democracia participativa, centrada no compromisso com a construção da cidadania cultural por meio do pleno acesso a criação; produção; gestão; distribuição; mediação e uso ou fruição, em um equilíbrio entre a oferta e demanda cultural embasada por; uma concepção ampliada de cultura- dimensão antropológica e uma nova conceituação de identidade no plural proposta aqui como mosaica, calidoscópico, cambiante, potencializada por múltiplas referências, narrativas, estoques simbólicos perpassados pelos estímulos do micro, local, regional e mundial.

Neste sentido a UNESCO em sua Conferência Universal sobre a Diversidade Cultural inspirou fortemente as políticas culturais compromissadas com a cidadania cultural e contrapôs toda uma discussão sobre a ordenação dos bens simbólicos como mercadorias e, portanto submetidos, regulados pelas leis do mercado em um estado neoliberal. Com isso abriu, trouxe a visibilidade, em uma sociedade movida por princípios judaico-cristãos como a nossa as demandas de movimentos sociais até então excluídos das políticas culturais pelo poder de voz e mando de uma elite alimentada pelos marcadores hegemônicos ocidentais: masculina; branca; heterossexual; cristã e burguesa.

Com isso novos atores, movimentos ligados aos direitos humanos como segmentos de gênero; sexualidades humanas LGBT; étnico-raciais; juventude; população de rua; movimento de moradia entre outros e também em certa medida segmentos culturais com forte atuação no local no território como lugar de múltiplas expressões, de resistência o que inspirou o Programa Cultura Viva por meio dos Pontos de Cultura e outros projetos de empoderamento de grupos e agentes culturais orgânicos.

Em São José dos Campos nos fins dos anos sessenta foi criado o Conselho Municipal de Cultura a partir da movimentação de professores e alunos da Escola Estadual João Cursino, por meio da lei 1.463-68, promulgada em 15 de março de 1968.

O Conselho de Cultura de São José dos Campos teve à frente o Sr. Luiz Gonzaga Guimarães Pinheiro ocupando o cargo de secretário executivo. O Conselho foi a semente que originou a Fundação, formado por comissões e responsável pela criação: Semana Cassiano Ricardo, Madrigal Música Viva, Quarteto de Cordas e Atelier de Artes Plásticas.

O Conselho Municipal de Cultura foi extinto pelo então prefeito em 1970 sob a alegação de ser supérfluo e em seu lugar foi instituído o Departamento de Cultura ligado a Secretaria Municipal de Educação que durou dezesseis anos.

Em 1982 um grupo de artistas e intelectuais joseenses - movimento pró-conselho de cultura, lançou um manifesto contra a situação caótica em que se encontrava a cultura na Cidade, contra o marasmo cultural, culminando com a criação da Fundação Cultural Cassiano Ricardo de São José dos Campos em 14 de novembro de 1985 pela lei 3.050-85.

Criada a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sua consolidação como órgão gestor das políticas públicas de cultura se dará ao longo dos anos pela participação do coletivo cultural joseense, registrando uma coleção de repertórios, de avanços e retrocessos, frutos do embate do movimento cultural formado por setores progressistas e segmentos conservadores da sociedade local.

Em 1993 com a vitória da Frente Democrática e Popular nas eleições, assume a nova diretoria executiva da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, com o compromisso de investir a autonomia da Instituição por meio do fortalecimento das instâncias de participação - Conselho e Comissões Setoriais e também de democratizar o acesso da população a cultura. Nesse contexto foi criado o Departamento de Ação Cultural Descentralizada constituído por uma equipe de agentes culturais, chefia e coordenação atuando em parceria com entidades civis, escolas, creches e com as duas subprefeituras da Cidade: Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. Ao todo nove pontos espalhados pela Cidade e, a partir deles, foram criadas as Casas de Cultura: Casa de Cultura de São Francisco Xavier; Casa de Cultura do D. Pedro; Núcleo de Referência Cultural do Jardim Satélite; Casa de Cultura Rancho do Tropeiro de Eugenio de Melo; Casa de Cultura Chico Triste; Casa de Cultura Cine Santana; Centro Cultural Clemente Gomes.

A Ação Cultural Descentralizada adotaria a Ação Cultural como método de gestão. Conceituada por Francis Jeanson como sendo: o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura.

Brait em seu livro: **Ciranda dos Tempos-Espaços do Desejo** pg. 106 coloca com clareza os objetivos de uma ação cultural de criação traduzida para o contexto de São José dos Campos nos anos noventa:

“[...] indicam uma política cultural cuja viabilidade deveria se pautar, na sua essência, pela reestruturação de vínculos sociais e afetuais deteriorados, pelo estabelecimento de redes de troca, composição e recomposição de agrupamentos, pela reinvenção e transgressão dos espaços de criação, circulação e usos da cultura. No limite da utopia pelo surgimento de novas atitudes e conteúdos políticos – estéticos experimentos - formais-informais, de autogestão, independentes dos limites institucionais, políticos e econômicos. Experimentos que, com certeza poderiam estabelecer uma dialogia com as instituições cuja dialética bastaria para uma dinâmica emancipatória entre instituinte e instituído”.(BRAIT,2005, pg.106)

Brait apresenta efetivamente o pensamento que apontou para o conjunto de políticas públicas na área da cultura que nortearam a gestão 1994 -1997 da Frente Democrática Popular, que trouxe significativos avanços para as políticas culturais ampliando o conceito de cultura para a dimensão antropológica, descentralizando as ações da Fundação, incorporando segmentos até então excluídos das políticas culturais e democratizando o acesso, a fruição, produção e participação nas comissões setoriais.

O Departamento de Ação Cultural Descentralizada adotou como método privilegiado a Ação Cultural de Criação que contagiou a Instituição, trazendo ao centro do debate a democratização da cultura para o interior das comissões setoriais e conselho e para a comunidade que expressou a importância de equipamentos e políticas culturais, em muitos momentos, nas instâncias de participação, como no orçamento participativo e outros fóruns.

Em 1996 o Departamento de Ação Cultural finalmente se estruturou ao receber profissionais aprovados em concurso público: Agentes Culturais, Coordenadores de Casas de Cultura e Supervisores de Ação Cultural. A Cidade foi dividida em quatro regiões e subdistrito de São Francisco Xavier. Cada região acompanhada por um supervisor, que ao mesmo tempo era responsável por uma das linguagens da arte e da cultura. Para configurar a rede foram implementados os eixos sistêmicos também sob gestão dos supervisores. Dessa forma cada supervisor respondia simultaneamente por uma tríade sistêmica: uma região da cidade com equipamento cultural e ações de parceria em instituições, como também mapeando entidades públicas e privadas, instituições de ação social, ambiental, educativa e cultural bem como

demais associações, incluindo as SABS-Sociedade Amigos de Bairro; um eixo sistêmica ou diretriz (Difusão, Informação, Memória, Organização, Formação) e finalmente completando a triangulação uma das linguagens da arte e da cultura.

A Gestão da Frente Democrática e Popular encerrou em 1996 dando início a longo período de mandato do PSDB- Partido Social Democrático do Brasil que foi de forma determinada reformulando as políticas culturais da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, com ênfase na reestruturação do Departamento de Ação Cultural Descentralizada, repensando suas ações em uma perspectiva ao mesmo tempo dirigista e falsamente espontaneista, transformando as Casas de Cultura em Espaços Culturais (Escolas Informais de Arte) com ênfase nas ações de formação-oficinas.

Assim concretamente a lei da Fundação Cultural Cassiano Ricardo foi alterada, utilizando-se como artifício valores moralistas de um segmento reacionário da sociedade civil local, contra a livre expressão assegurada pela Constituição Brasileira, a fim de bloquear a participação e calar a voz de parte do coletivo cultural Joseense.

O formato do conselho deliberativo, que, inicialmente era constituído por comissões representativas das Sete Belas Artes, tendo um conselheiro para cada uma delas e contando com a participação livre de membros da comunidade em todas as comissões setoriais, conforme sua escolha e interesse artístico-cultural. Dessa forma os artista e criadores foram expulsos do conselho deliberativo da Fundação dando lugar a segmentos classistas patronais, a instituições e entidades conservadoras.

Com a mudança do método de gestão centrado na ação cultural para uma ação educativa com foco, quando muito, na animação cultural; os canais de participação da comunidade são obstruídos, porém, pela resistência e compromisso de muitos profissionais, que permaneceram muitos projetos interessantes foram realizados. Foram criados novos espaços culturais ampliando a rede de casas de cultura. A Burocracia aumentou consideravelmente, o setor cultural – atividade fim encolheu significativamente e o setor administrativo cresceu engessando procedimentos travando as ações, projetos e programas normas burocráticos. A equipe do setor de Ação Descentralizada diminuiu, aumentando o abismo comunicacional entre a ponta (comunidade) e a Instituição.

Com o retorno do Partido dos Trabalhadores, vencedor nas eleições de 2012, a gestão 2013 - 2016 da Fundação Cultural reacende a discussão em torno da gestão participativa e democrática e da proposição de políticas públicas de cultura emancipatórias, inspiradas pela

experiência marcante do Ministério da Cultura na revolução sem precedentes em andamento, por meio da criação SNC e de programas fundamentais de democratização da gestão, criação, difusão e fomento, como por exemplo, a Cultura Viva, que aposta na horizontalização das relações e em novas atitudes frente à cultura, como empoderamento, participação ativa, ação em rede, gestão socializada e pró-atividade e fortalecimento do local.

Porém a estrutura do conselho deliberativo não foi mudada apenas neste início de ano-2016 começou a discutir a proposta de um novo conselho de políticas culturais como exigência do Sistema Nacional de Cultura. Assim está sendo pensado um novo conselho com assento dos segmentos da arte, de organizações artístico-culturais; representantes dos sindicatos dos trabalhadores, trabalhadores da cultura, produtores culturais, sindicatos patronais pela parte da sociedade civil e Secretarias: Educação; Planejamento; Desenvolvimento Social; Promoção e Cidadania; Meio Ambiente; Esportes e Lazer; Planejamento e Saúde.

Para dar conta dos desafios colocados pela atual gestão, focamos na construção de um modelo sistêmico que pudesse articular a rede de Espaços Culturais para atender com qualidade a população, resgatando os princípios de uma ação cultural comprometida com os valores da democracia cultural focada na participação do cidadão, nos destinos da vida cultural de sua Cidade - a Polis - em seu sentido pleno, para que desta forma a rede possa receber outros equipamentos com formas diversificadas de gestão como os pontos de cultura e os Céus da Cultura, bem como a ampliação da rede parceira. Destacamos a criação pela atual gestão municipal da criação da Secretaria de Promoção da Cidadania com as coordenadorias: gênero; igualdade racial; juventude; deficientes; terceira idade. Lembrando que o Estatuto da Igualdade Racial e o Conselho da Igualdade Racial foram criados por lei em 2014 representando significativo avanço para ampliação do debate, criação de políticas e visibilidade de grupos *minoritários* então excluídos das políticas públicas.

Nossa proposta dentro desse novo contexto divide o espaço geográfico da Cidade em cinco regiões e o distrito de São Francisco Xavier como região especial com a rede de equipamentos culturais e todas as instituições e organizações sociais parceiras instaladas nas regiões.

Simultaneamente com foco nas linguagens da arte e nas manifestações da cultura material e imaterial; na cadeia produtiva da arte, como eixos sistêmicos articulados às

transversalidades, dentre as quais a diversidade no recorte de gênero-raça-etnia, gênero e sexualidades humanas conectadas com as necessidades de nossa contemporaneidade.

Pensamos que adotando o método acima teremos uma gestão que aperfeiçoa recursos materiais, que atende com eficiência o cidadão, pois os encaminhamentos burocráticos e as respostas estarão organizados em forma de gestão e o foco volta-se para o profissional excluindo questões de ordem pessoal fruto dos improvisos que os falsos espontaneismos nos colocam. Ao mesmo tempo produzem autonomia, protagonismo de gestores, produtores culturais e comunidade em geral.

Neste panorama a pergunta era que equipamento cultural dá conta das demandas culturais da nossa contemporaneidade? Se auscultarmos as vozes da comunidade teremos a resposta: novos espaços da utopia; lugares de convivência; balões de ensaios que pensam e agem sobre as amarras do cotidiano; espaços de livre acesso e experimento às mídias digitais; espaços que garantam a visibilidade de segmentos da população, excluídos quer pelo viés de gênero, orientação sexual, raça-etnia, etariedade, classe social, pequenas ilhas de desordem no mar da ordem capitalista; espaços de elaboração, pesquisa, acesso à memória e das identidades; espaços de encontro das diversidades e, portanto de empoderamento. Um salto de uma gestão que pensa a arte e a cultura no enquadramento herdado pelo iluminismo, conservador, elitista para uma gestão que concebe a política cultura de forma sistêmica, interativa, e ao mesmo tempo autônoma, de contornos e fronteiras mutáveis, portanto pela sua transversalidade passível de diálogo com as demais áreas e políticas públicas.

Como cada nome carrega significados, conceitos e o peso das ideologias, sugerimos a substituição da terminologia espaço cultural – genérico, evasivo, vazio para casa de cultura, que nos remete a convivência, pertencimento, construção e elaboração de vínculos.

Como em na pós-modernidade o conceito de centro e periferia se relativizou muito, em função da ampliação do acesso às mídias digitais transmutando o conceito de territorialidade, contorno e limites geográficos, e ao mesmo tempo o fortalecimento do local, território contrariando as previsões de homogeneização preconizada pelos teóricos da globalização sugerimos a alteração da denominação Ação Cultural Descentralizada para Departamento de Ação Cultural, que passaria a designar todo o setor cultural da Fundação Cultural Cassiano Ricardo - Diretoria de Ação Cultural proposta não contemplada pelo novo organograma da reforma institucional.

A tríade: Linguagem Artística e Manifestação da Cultura Material e Imaterial, territorialidade e as transversalidades, focadas nas questões de gênero, raça-etnia, sexualidade humana, criança e adolescente, terceira idade, população em vulnerabilidade social compõe a moldura das políticas culturais implementadas pelo Departamento Ação Cultural Descentralizada sendo:

Arte - como linguagem, portanto, estruturada por signos com gramáticas próprias que combinam comunicação e expressão.

As diretrizes - são categorizações inspiradas na cadeia produtiva da cultura e constituem os campos, eixos das ações culturais.

As Transversalidades – são eixos temáticos que abordam importantes questões da contemporaneidade.

Territorialidade - pensar a cidade na divisão do espaço territorial em regiões com problemas e demandas diferentes. Pensar a Cidade com diferentes centros, dessa forma o que é colocado como periferia pode ser o centro de uma periferia expandida sendo que no microcosmo há diferentes centros nas diferentes periferias.

A Diversidade, uma das transversalidades que será foco neste estudo aqui entendida pela pluralidade das formas de existência, diferentes visões de homem e mundo que coexistem no espaço da pólis, em uma relação de desigualdade e hierarquização.

PARTE 2

A cena atual

A transversalidade: Diversidade nos recortes de gênero, raça-etnia e sexualidade humana, constitui a demanda reivindicada pelos grupos organizados – de mulheres, comunidade negra e movimento LGBT, nas duas últimas conferências municipais de cultura, desejos de espaços, visibilidade e voz nas políticas, ações culturais implementadas pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

A diretoria executiva da Fundação Cultural tem, em parte, apresentando dificuldades de cumprir as metas colocadas pelas conferências sobre a transversalidade. Diversidade no recorte gênero - raça-etnia, sexualidade humana, embora militantes conseguissem pautar no documento do plano municipal de cultural, e nesse intervalo foram criadas duas coordenadorias pela Secretaria de Ação e Cidadania: Coordenadoria da Igualdade Racial e Coordenadoria de Gênero.

Consideramos a importância dessa intervenção no cenário das políticas públicas do município de São José dos Campos que sempre pensou as políticas no enquadre iluminista, portanto da cultura hegemônica, provocar a sociedade, artistas e movimentos das minorias invisibilizadas pela norma judaico-cristã: branca, heterossexual, masculina, cristã, para que as políticas culturais contemplem em seus planos e ações os segmentos até agora excluídos dos serviços culturais dando voz e visibilidade as suas expressões e demandas.

Nos documentos pesquisados para elaboração do Plano Municipal de Cultura a palavra diversidade até a II Conferência de Cultura vem sendo tratada no sentido de diversificação das formas de expressão artístico-culturais que devem ser contempladas nas políticas públicas implementadas pelo órgão gestor de cultura: Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Na referida diversificação o binarismo cultura erudita e cultura popular permanecem. Os gestores de plantão em seus discursos escamoteiam as hierarquias entre as duas categorias, mas claramente, nos orçamentos as diferenças dos recursos destinados à cultura erudita são escandalosamente superiores.

Dentro dessa chamada diversificação apareceram atividades ligadas à economia criativa como: moda e design.

A Economia Criativa vem nessa última década se estruturando no bojo das políticas públicas com editais específicos e setores específicos no Ministério da Cultura e nos órgãos estaduais e municipais de cultura.

Na Austrália dos anos 60 nasce o termo economia criativo, com objetivo de fomentar a economia do país pensando na relação ou nas parcerias público-privado e na interface entre os diferentes setores e políticas públicas, o que no mandato de Toni Blair no Reino Unido ampliou o sentido do termo incrementando e estimulando a economia do país e exportando o modelo sempre com adaptações as lógicas locais.

Para Carla Fonseca em seu livro Economia Criativa como estratégia de Desenvolvimento "[...] a Economia Criativa reconhece valor da originalidade dos processos

colaborativos e a presença de aspectos intangíveis na geração de valor, fortemente ancorada na cultura e na diversidade”. (FONSECA, 2007).

Com acento no enfoque indenitário, étnico-racial, a diversidade vem ao longo dos tempos ampliando-se também para outras questões envolvendo grupos minoritários que têm se apropriado de nichos importantes da Economia Criativa dando visibilidade as suas expressões e aspirações e inserindo na cadeia produtiva suas marcas o que significa ao mesmo tempo um fenômeno cultural e econômico.

Neste trabalho optamos pela conceituação de Identidade defendida por Hall em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, que contrapõe as idealizações do termo como núcleo permanente do indivíduo, mas sim multireferencial, cambiante embora fatores como língua, região, tradições constituam-se como núcleo duro, mas que convivem com outras expressões e comportamentos indenitários mais flexíveis, voláteis ou específicos a pequenos grupos, dessa forma pluralizando o termo para identidades do indivíduo. (HALL, 2009)

Nessa perspectiva longe da lógica do multiculturalismo, com o enfoque de convivência, *tolerância* entre as diversas culturas em um mesmo território sempre mantendo sob o véu da ideologia as condições de subalternidade entre os outros e a cultura oficial, verificamos importante contribuição de Stuart Hall para a quebra dos paradigmas que alimentam os binarismos de um sistema que se movimenta na dialética da hegemonia e da subalternidade. Em uma sociedade movida pela lógica judaico cristã, em que o poder de voz e mando se concentra nas marcas: branco; masculino; heterossexual, cristão, burguês, é preciso pensar, propor juntamente com os movimentos sociais políticas que garantam visibilidade para além do oposto binário, ou seja, a grupos historicamente excluídos dos processos de participação. Cabe sim ao estado democrático a implementação de políticas culturais a grupos pertencentes a miríades identitárias com demandas expressões e necessidades específica reforçando a crença que é preciso construir políticas públicas diferentes para promover a igualdade.

Como já mencionamos com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2012 em São José dos Campos uma nova gestão assume o comando da Fundação Cultural Cassiano Ricardo já de início declarando e formalizando a adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

O Sistema Nacional de Cultura-SNC representa significativo avanço para o fortalecimento das políticas públicas de cultura, revolucionando os conceitos de gestão, propondo significativo avanço em vários sentidos nas políticas culturais quer no plano conceitual quer no institucional. O SNC – Sistema Nacional de Cultura persegue em sua formulação e estruturação políticas de estado não de governo, ou seja, uma política cultural de estado que atua no curto, médio e longo prazo e que articula a continuidade do conjunto de ações exitosas para além do tempo administrativo de uma gestão.

A política pública de estado rompe, supera a cultura política tradicional na medida em que promove a consolidação, continuidade em oposição às descontinuidades administrativas geradas pelas mudanças do governo, pelas dinâmicas internas das administrações que se constroem longe de uma visão sistêmica de gestão, apoiadas na divisão e na especialização dos setores compartimentando e segmentando as políticas.

O SNC - Sistema Nacional de Cultura é composto por um conjunto de partes interligadas e articuladas entre si, tais como: Órgão Gestor de Cultura; Conselho de Política Cultural; Sistema de Financiamento a Cultura; Sistema de informações e indicadores Culturais; Plano Municipal de Cultura etc. Para o SNC - a cultura é conceituada em três dimensões que são: dimensão cidadã, dimensão simbólica e dimensão econômica. Para este trabalho interessa-nos a dimensão cidadã por dar visibilidade às expressões de grupos até então aliados das políticas culturais, pois se ampara no conceito de Cidadania Cultural intrinsecamente ligada aos Direitos Humanos.

Dentro dessa perspectiva todas as expressões culturais têm pleno direito de serem contempladas nos âmbitos do acesso; formação; fomento; difusão e, por conseguinte grupos que até então foram excluídos das políticas públicas de cultura. Se atentarmos para nossa constituição de 1988 está explicitado em seu texto que o Estado tem o dever de garantir a todos os brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais, que em um recorte são:

- ◆ Direito a Identidade e diversidade cultural;
- ◆ Direito a participação na vida cultural pelo livre acesso; livre criação; difusão e livre participação nas decisões.

Ainda no corpo do texto é delegado ao estado: a promoção do diálogo intercultural, importante para a promoção da paz.

Embora nossa constituição de 1988 persiga a construção da plena cidadania percebemos que só recentemente, ou seja, a partir dos meados da década anterior é que a diversidade começa a ser tratada com foco no direito a expressão de grupos minoritários para além somente da etnicidade defendida pelo multiculturalismo.

No discurso da nova gestão (2013-2016) da Fundação Cultural Cassiano Ricardo o termo Diversidade está ligado aquele defendido pelo tratado da Diversidade da ONU o qual o Brasil é signatário, fortalecendo o ideário do multiculturalismo que por sua vez balizou muitas políticas públicas ditas até recentemente como progressistas.

A Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais ratificada pelo Brasil por meio do decreto legislativo 485-2006 constitui-se em significativo avanço para o campo dos direitos humanos ao defender, por exemplo, que: “A Diversidade Cultural é uma característica essencial da humanidade e constitui patrimônio comum da humanidade a ser valorizado e cultivado em benefício de todos”. (MINC, 2007).

O Brasil teve um papel importante na articulação de países não hegemônicos nas questões da Diversidade e na difusão pelo então ministro da cultura Gilberto Gil, o texto da convenção e mesmo o ideário dela teve forte oposição dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos da América.

A aprovação da Convenção pela adesão significativa dos países membros significou um potencial enfraquecimento da globalização na medida em que coloca em pé de igualdade as culturas de países subalternos e também dos grupos minoritários reforçando a necessidade de mudanças conceituais e estruturais nas políticas e órgãos públicos da Cultura. Para o Brasil a Convenção significou uma confirmação do caminho que no Ministério da Cultura já se organizava em matéria de políticas culturais e de reestruturação do próprio órgão, criando setores com atenção específica a importantes segmentos minoritários da sociedade brasileira.

Na segunda Conferência de Cultura realizada pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo, em outubro de 2013, o termo diversidade aparece com força, mas agora para além do binarismo popular e erudito e das diferentes e variadas manifestações artísticas e culturais ligadas a Instituição, apontado para a produção cultural e artística ligadas às questões do gênero; sexualidade humana e raça-etnia. Da segunda Conferência onde aparece pela primeira vez questões relacionadas à Diversidade nos recortes de gênero, raça-etnia e sexualidades humanas na voz de artistas e militantes do movimento LGBT demandas que foram trazidas para as audiências públicas do Plano Municipal de Cultura.

Dentre as principais reivindicações trazidas pela ONG Orientação LGBT destacamos:

- ◆ A criação de um grupo de trabalho de cultura LGBT na Cidade de São José dos Campos;
- ◆ A realização de novos editais, prêmios e ações de fomento para a cultura LGBT regional.
- ◆ A criação de um Centro de Documentação e Pesquisa de temas relacionados à população LGBT na região, no Brasil e em nível mundial, com o intuito de mapear a cultura e a trajetória dessa comunidade desde seus primeiros registros até os dias atuais;
- ◆ A promoção de atividades culturais sobre diversidade de gênero em escolas públicas;
- ◆ A inclusão na programação oficial da Cidade das manifestações artísticas ligadas à cultura LGBT nas linguagens das artes visuais, teatro, música, dança, cultura digital, desempenho, cinema, literatura.
- ◆ Criação da primeira parada do Orgulho Gay de São José dos Campos apoiada pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Lembrando que o Texto – Plano Municipal de Cultura que já está na Câmara Municipal para apreciação dos vereadores na sua grande maioria avessa as questões ligadas à temática de gênero e sexualidades humanas, como já constatamos com relação ao Plano Municipal de Educação.

Fiz alguns recortes no texto original constando os avanços de políticas públicas para os segmentos: gênero, sexualidades humanas e raça-etnia.

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° _____, DE 2016. Institui o Plano Municipal de Cultura – PMC de São José dos Campos – SP para o período 2016- 2025 e dá outras providências.

Capítulo I

Das diretrizes

1. Promover a cultura nas dimensões simbólica, cidadã e econômica; dois. Fortalecer a institucionalidade da Cultura; três. Reconhecer e manter a FCCR como órgão gestor da área

da cultura; quatro. Ampliar as políticas de descentralização, regularidade, gratuidade e promoção da diversidade cultural; cinco. Garantir investimento de recursos públicos em todas as áreas, segmentos e linguagens artístico-culturais e do patrimônio cultural; seis. Ampliar acesso e visibilidade das diferentes necessidades, realidades e características dos segmentos da população e de suas demandas específicas; sete. Estimular a expansão da Cultura Digital; oito. Implementar políticas setoriais visando estimular a formação de novos públicos; nove. Fortalecer a Formação e Capacitação em arte, cultura e patrimônio cultural; 10. Garantir que as ações culturais façam a inclusão das temáticas de gênero, etnia e sexualidade humana; 11. Consolidar o sistema municipal de financiamento à cultura, fortalecendo o Fundo Municipal de cultura; 12. Implementar políticas públicas que garantam amplo direito à memória. [...] (PLANO MUNICIPAL DE CULTURA-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-2015)

No enunciado acima referente ao capítulo I do PMC- São José dos Campos podemos perceber o quanto a hegemonia do sistema de sete belas artes e patrimônio material é desconstruída reconhecendo a Diversidade como importante capital cultural e mais explicitamente a necessidade de políticas específicas para os recortes de gênero, raça-etnia e sexualidades humanas.

As temáticas ligadas à diversidade nortearam nossos Seminários Lugares da Cultura; Intolerâncias- Convivência em Conflito; Roda de Conversa, Tema gerador para o Programa Arte nos Bairros para que pudéssemos estimular o debate, dar visibilidade, trazer a cena, aproximarmos das lideranças dos movimentos sociais afins de que as demandas chegassem ao Plano Municipal de Cultura e também a participação nos conselhos da Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Para reforçar nossa constatação quanto o conteúdo gerado a partir de nossas atividades bem como de outras ações do Governo atual transcrevo abaixo o Objetivo 11 do Plano Municipal de Cultura:

OBJ11.

[...] Implantar e consolidar políticas e programas culturais transversais e de promoção da diversidade cultural. ((Objetivos específicos: 31) Atender à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada na 33ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura; 32) Prover e/ou

ampliar acessibilidade física e visibilidade das diferentes necessidades, realidades e características dos segmentos da população e de suas demandas específicas; 33) Inserir e realizar atividades artísticas e culturais em espaços públicos da cidade, ocupando praças, parques, ruas, dentre outros; 34) Garantir que todas as ações culturais desenvolvidas incluam os segmentos de gênero, etnia e sexualidade humana; 35) Inserir nas ações e programações culturais do município, promovidas e apoiadas pelo poder público municipal espaços para o fomento, formação, debates, divulgação, produção e apresentações culturais com temáticas LGBTT; 36) Promover acesso gratuito à Cultura Digital - entendida como espaço de criação nas diversas linguagens artísticas tendo como suporte as novas tecnologias; 37) Ampliar o apoio e valorização da cultura popular; 38) Firmar parcerias e convênios com organizações públicas e privadas de interesse público para ampliar e aperfeiçoar a ação pública na área de Cultura. (**PLANO MUNICIPAL DE CULTURA**- São José dos Campos-2015).

PARTE 3

Atividades

3.1 - Seminário: Intolerâncias - Convivência em Conflito

Primeira Atividade

O Sesc São José dos Campos e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo convidam a uma reflexão sobre as intolerâncias no Brasil em 6 encontros. A discussão se dará por meio de um panorama histórico da violência no país, dos desdobramentos da mídia nesse cenário, de fatos envolvendo temas como religiões, crenças, etnias, raças, sexualidades e gêneros e, ainda, de pensamentos em torno do futuro do humano perante a fragilidade dos afetos e do contato.

INTOLERÂNCIAS

COEXISTÊNCIA EM CONFLITO

Realização:



Apoio Institucional:



De 10 a 13 de
Novembro
2015

Palestrantes confirmados:

Edin Sued Abumanssur
Iara Beleli
Jairo Marques
José Arbex Jr
Luana Tvardouskas
Marcos Florindo
Paulo Lins
Paulo Werneck
Oswaldo Giacóia Jr
Reginaldo Prandi

Mediação:

Laura Capriglione

Mais informações e inscrições no site:
sescsp.org.br/intolerancias

Sesc
São José dos Campos

Av. Adhemar de Barros, 999
TEL.: +55 3904 2000
faleconosco@sescsp.org.br
sescsp.org.br/sjcampos

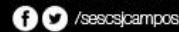


Foto dois – Folder de divulgação – Seminário: Intolerâncias – Convivência em Conflito

Foi realizado em parceria Fundação Cultural e SESC um seminário sobre Diversidade, destinado aos funcionários da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, do SESC e público em geral, no mês de novembro/2015, reforçando a importância da abordagem e ampliação da temática nas políticas culturais da Cidade, tanto pública quanto privada, constituído por seis mesas que abordaram as questões de raça-etnia, sexualidade humana em diferentes perspectivas: políticas públicas, ações afirmativas, mídia e diversidade, racismo, sexismo, denominado Intolerâncias: convivência em conflito.

O referido Seminário foi pensado, produzido e patrocinado pelas duas instituições no início de 2015 por meio de várias reuniões entre equipes das respectivas entidades e tinha no princípio o tema Lugares da Barbárie, mas depois de muita discussão optou-se pelo termo Intolerância contra minha vontade, pois tolerar é um verbo que carrega uma carga de prepotência que não me agrada, mas a maioria que fez a defesa apostou na sua força comunicacional.

A estrutura do Seminário:

10-11-2015

19h

Origens Antropológicas da Intolerância.

Paulo Verneck

11-11-2015

14h

Intolerâncias ligadas à raça-etnia.

Paulo Lins e Marcos Florindo

19h

Mídia e espetacularização da violência

José Arbex Junior e Jairo Marques

12-11-2015

14h

Intolerâncias ligadas à sexualidade e gênero

Iara Beleli e Luana Tvardouskas

19h

Intolerâncias ligadas a religião.

Reginaldo Prendi e Edin Sued Abumanssur

13-11-2015

19h00

O futuro da humanidade diante da Intolerância: primeira Intervenção

Oswaldo Giacoia Junior

O Evento ocorreu no auditório do SESC-São José dos Campos com capacidade para 153 pessoas que deveriam realizar suas inscrições pelo site do SESC com reserva de 20 ingressos por palestra para funcionários da Fundação Cultural Cassiano Ricardo e com mediação do início ao fim de Laura Capriglione. Cada participante deveria trocar seu convite uma hora antes do início do evento. As inscrições foram abertas em 02 de outubro e depois de duas horas as vagas já havia sido preenchido demonstrando o quanto o tema tinha importância para a sociedade.

A abertura do evento realizada por Paulo Werneck apontou a Intolerância como um fenômeno típico da sociedade brasileira que atingiu o ápice nos séculos XIX e XX, mas que paradoxalmente surge no país, da constituição de 1988, durante o século XXI talvez agora mais clara menos velada.

Mas por outro lado entendemos que os grupos minoritários, subalternos surgem como movimentos sociais organizados reivindicando espaço, políticas públicas, cidadania definindo posições, tornando públicas suas demandas talvez por isso também os antagonismos apareçam com mais clareza e as informações por conta do avanço e a velocidade da comunicação sejam socializados a um maior número de pessoas.

Paulo Lins e Marcos Florindo destacam a Intolerância como uma marca cultural brasileira escamoteada pelo discurso, pela historiografia. Como um projeto de colonização perpetuado pelos herdeiros das classes dominantes traduzidas pela aristocracia rural enfim pelos grupos hegemônicos historicamente beneficiados pela exploração, pela concentração da terra e renda e pela propriedade dos meios de produção, dos conglomerados da comunicação e do sistema financeiro. A violência é a grande marca dessa sociedade extremamente hierarquizada.

Para a terceira mesa composta pelos senhores José Arbex Jr. e Jairo Marques a mídia brasileira se alimenta da espetacularização das intolerâncias muitas vezes organizadora da violência que ela própria se encarrega de transformar em espetáculo. A violência alimenta o íbopo, nutre uma “civilização” que ao mesmo tempo conjuga identificação e estranhamento, atração e repulsão, mas que no fundo objetiva a manutenção da norma esconde a realidade sob o véu da ideologia e do consumo.

Para a quarta mesa composta por Iara Beleli e Luana Tvardovskas, sobre gêneros e sexualidades apontando o sexíssimo, homofobia como produção, construção de uma sociedade hierarquizada fundada sobre o arbítrio e a dominação de uma minoria branca, masculina, europeia, cristã, masculina, heterossexual e como as questões de gênero e sexualidades humanas tem-se manifestado na produção artística contemporânea e também a importância do uso das redes sociais para combater todas as formas de intolerâncias.

Sobre a quarta mesa – Intolerâncias envolvendo crenças religiosas, formada pelos senhores Reginaldo Prendi e Sued focando no binarismo monoteísmo e politeísmo como conflito civilizatório e de dominação, uma vez que as religiões de matrizes africanas e as religiões indígenas são politeístas e a religião do dominador é monoteísta e ao longo dos séculos foi objeto de conflito, tensões, massacres, atualizadas no contemporâneo pela proliferação das seitas neopentecostais praticadas por expressiva parte das populações subalternas vítimas e promotoras da violência e reforçadas pela norma hegemônica traduzida pelo monoteísmo.

Por fim o filósofo Oswaldo Giacóia Junior fez uma reflexão sobre o avanço científico e das questões de ordem ética que esses mesmos avanços significam para humanidade. Para Giacóia novas intolerâncias surgirão em uma sociedade utilitarista que trata com indiferença tudo aquilo que não serve ao consumo voraz, a possibilidade de possuir de ter, cuja tendência é aprofundar a hierarquização entre pequenos grupos com acesso às tecnologias e grande parte da humanidade privada das mesmas.

O seminário foi extremamente exitoso do ponto de vista de adesão do público, de conteúdo e da mídia local que pela primeira vez dedicou uma página inteira ao seminário diariamente, ou seja, cobrindo integralmente as palestras e debates bem como entrevistando autoridades locais importantes como a gerência do SESC, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo e dos movimentos sociais afins.

O público na sua grande maioria composto por agentes culturais, artistas, movimentos sociais, militância dos direitos humanos, educadores das redes municipais, estaduais e universidades lotou o auditório do SESC nas três tardes e quatro noites em que ocorreu o evento.

Dentre as diversas ações produzidas pela mídia escrita, sobretudo foi trazer o depoimento da travesti Kika Medina que pela primeira vez, depois de trinta anos de militância em defesa dos travestis e transexuais, aparece nos jornais como militante séria, comprometida

como sempre, foi contando um pouco da sua trajetória e da situação da comunidade Trans. em São José dos Campos e região. Além então na região do Vale do Paraíba a comunidade trans somente aparecia nas páginas policiais dos jornais focando a violência, a prostituição, a presença notívaga incomoda nas ruas do centro antigo.

Na coluna dos leitores do Jornal O vale nos chamou a atenção os comentários conservadores, preconceituosos sobre a temática abordada na sua grande maioria negando a existência do racismo no Brasil, condenando as políticas afirmativas do governo federal – cotas e abominando as abordagens ligadas a temática de gênero, por sua vez o Jornal estampou as entrevistas com o presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, Alcemir Palma e o gerente do SESC Oswaldo Ferreira Junior, como também militantes dos direitos humanos que atuam na região contrapondo o discurso da maioria dos leitores o que criou um espaço de discussão como nunca havido na Cidade sufocada pelas apertadas malhas da ordem burguesa-capitalista.

3.2 - Programa Arte nos Bairros:



Foto 3 – Folder - Encerramento das Oficinas Culturais

Segunda Atividade

Para o programa Arte nos Bairros, a maior ação de formação cultural da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, um conjunto de debates que chamamos de roda de conversa sobre raça-etnia, sexualidade e gênero em parceria com a Secretaria da Promoção da Cidadania nas casas de cultura da Fundação Cultural Cassiano Ricardo para os aprendizes das 350 oficinas de arte, orientadores e agentes culturais.

A agenda de Encerramento de Ação Cultural Descentralizada em reunião com os coordenadores das Casas de Cultura, refletindo sobre a violência crescentes em nosso planeta, a que todos estamos expostos, diante da intolerância da humanidade em relação às diferenças, decidiu por unanimidade adotar o tema “Diversidade” para os encerramentos das oficinas do programa Arte nos Bairros 2015.

A equipe da Fundação Cultural Cassiano Ricardo pensa a diversidade diferente de como defendem os arautos do Multiculturalismo, que é como uma falsa tolerância e

convivência das diferenças em que sempre as normas, as regras são estabelecidas pelas classes hegemônicas em direção às classes subalternas, gerando invisibilidades, opressões. Optou-se tratar a Diversidade por meio do jogo igualdade e diferenças com vistas à construção de uma sociedade que partilhe a convivência harmônica e a igualdade de direitos. Para não nos perdemos na amplitude das temáticas focaremos a diversidade nas perspectivas de gênero, raça-etnia e manifestações da sexualidade humana.

Para tanto os orientadores, coordenadores e agentes culturais receberam subsídios teóricos, indicações de materiais, filmes que contribuíram para o aprofundamento da temática e inspiração poéticas.

As casas de cultura e o Centro Cultural Clemente Gomes fizeram seus encerramentos com os recursos humanos e técnicos que dispõem não contando com equipamentos extras, pois a Fundação Cultural Cassiano Ricardo estava envolvida em diferentes ações e projetos incluindo a realização do Festimúsica.

Teatro:

Oficinas de Teatro foram encerradas no Centro de Estudos Teatrais no projeto: Noites em Processo de 23 a 30 de Novembro de 2015 às 19h, com um mediador contratado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo agendadas com o coordenador Wangy Alves.

Dança:

As oficinas de Dança foram encerradas tendo como tema: respeitando a Diversidade- étnico racial, gênero e sexualidade humana.

Cada orientador fez reunião com os pais ou responsáveis acompanhados pelos coordenadores das Casas de Cultura que fez registro em ata para as tratativas do encerramento.

Cronograma:

Dança região sul - 21 e 22 de novembro de 2015 em quatro sessões.

Dança região Leste - 27 e 28 de novembro em duas sessões.

Dança região Norte - 23 e 24 de novembro em quatro sessões.

Artes Visuais:

As exposições nas Casas de Cultura e Equipamentos Culturais até final de Janeiro tiveram início nas datas dos encerramentos de suas oficinas.

Música e demais Linguagens:

Casa de Cultura Cine Santana - 24 e 25 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Julio Neme - 28 e 29 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Chico Triste - 23 de novembro às 19h00.

Casa de Cultura Eugênia da Silva - 21, 24, 25,26 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Rancho do Tropeiro - 20 e 21 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Flávio Craveiro - 26 e 27 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Y. Gutlich - 28 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Tim Lopes - 13,18 e 19 de novembro às 19h.

Casa de Cultura Jardim Santo Onofre Putim- 18 de novembro às 19h

Centro Cultural Clemente Gomes - 20 de novembro às 19h.

Foram realizadas um conjunto de reuniões de sensibilização com os orientadores do Programa de formação cultural Arte nos Bairros das áreas de literatura, música, teatro, dança cultura popular, artes visuais e cultura digital-audiovisual, cultura da infância e cultura da paz para apresentar, discutir a temática (tema gerador Diversidade com recorte em gênero, etnia-raça e sexualidade humana) a fim de prepará-los para as rodas de conversa; apresentá-la como tema de encerramento das oficinas do Programa Arte nos Bairros 2015, além de indicá-los fontes bibliográficas, sites, filmes que pudessem subsidiá-los em suas poéticas e também foram contratados dois curadores para área de dança a fim de alinhar as apresentações finais com o tema gerador proposto pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Durante o processo encontramos diversas resistências quer por parte das equipes de gestão das Casas de Cultura e Centros Culturais da FCCR quer pelos Orientadores- artistas professores e quer pela comunidade – aprendizes e seus familiares e também por membros da comunidade evangeliza neopentecostal.

A Câmara de Vereadores de São José dos Campos é presidida por um pastor de uma das igrejas neopentecostais com forte atuação na Cidade apoiado pela oposição que também é composta por vereadores, evangélicos, católicos carismáticos e ligados a grupos e setores tradicionalmente conservadores. No mês de outubro a mesma realizou uma intervenção

cirúrgica no Plano Municipal da Educação extirpando lhe toda referência a gênero, diversidade e sexualidade humana. O Texto retornou ao executivo que por pressão dos reacionários sancionou-o significando um retrocesso sem precedentes para a política educacional e para o campo da cidadania.

As forças conservadoras diante da ameaça do enfraquecimento da norma: heterossexual, machista, agiram organizadamente proibindo a possibilidade de a escola ser um espaço de liberdade, de experimentação, respeito às diferentes formas de ser e existir amputando as propostas que defendiam a diversidade de gênero como expressão, comportamento que deveriam ser experimentadas e respeitadas no ambiente escolar.

Nesse contexto a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, utilizando-se da *precária* autonomia diante do contexto político, vigente decidiu dar continuidade às duas intervenções que poderia colocar em risco a governabilidade, pois há significativa parcela de representantes de setores conservadores na bancada de sustentação ao executivo e uma maioria deles na oposição.

As resistências que encontramos pelo caminho foram em parte sendo superadas, sobretudo as oriundas das equipes gestoras dos equipamentos culturais por meio do diálogo e da participação em palestras, depoimentos e sensibilizações extensivas aos orientadores que em parte aderiu e enfrentou na ponta as discussões sobre o eixo temático, mas por outro lado resistências foram bastante significativas, sobretudo a da população ligada às igrejas pentecostais que na última edição tinham significativa presença na área da música.

Para as rodas de conversa convidamos personalidades da Cidade envolvidas com as questões do tema, algumas da coordenadoria da mulher e coordenadoria da igualdade étnico-racial da Secretaria Municipal de Ação e Cidadania, outras dos movimentos sociais, como por exemplo, ONG Dandara- promotoras legais e Universidade Vale Paraibana. As rodas aconteciam nas Casas de Cultura e Centro Cultural, delas participando os orientadores e aprendizes de pelo menos duas oficinas daquele dia e horário do evento. Tivemos resistências por parte de orientadores e como já mencionamos por parte dos aprendizes que muitas das vezes se recusaram a participar das rodas, sobretudo aquelas cujo tema esta vinculado a Gênero e Sexualidades Humana.

O saldo geral foi bastante positivo incluindo o papel dos coordenadores dos equipamentos culturais, que na sua grande maioria conduziram com coragem e competência os conflitos gerados pela temática, o que criou um clima de discussão respeitoso e profícuo para a construção de um espaço de respeito e convivência.

Para os oponentes, na sua grande maioria, a temática eleita pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo em torno do gênero e sexualidades humanas significava profanação ao determinismo doutrinário cristão que para esses grupos enfraquece o ideário da família constituída por Pai - autoridade suprema, provedor; Mãe - organizadora do lar, mesmo trabalhando fora do espaço doméstico a ela estaria reservada a função doméstica e de procriadora, ou seja, o sexo para essas pessoas é considerado mero elemento da procriação.

Em nossas discussões com os arte educadores trabalhamos a desnaturalização do determinista corpo-gênero abordando a sexualidade, o sexo e o gênero como construção forjada pelas narrativas e discursos ao longo da história e, portanto o gênero não é natural não havendo desta forma uma relação natural entre corpo e gênero ampliando com isso espaços para múltiplas identidades e identificações abertas as constantes ressignificações como defende Foucault no clássico História da Sexualidade Humana.

O foco da curadoria contratada foi à dança, dessa forma dividimos a Cidade em três regiões - Norte, Sul e Leste cada uma com uma média de 23 oficinas nas diferentes modalidades de dança: ballet diferentes faixas e níveis; contemporânea, jazz, salão, popular, tribal e sapateado com uma média de trinta coreografias e com duração de noventa minutos cada apresentação. As apresentações das oficinas da região Leste e Norte aconteceram no Cine Santana, uma casa de cultura que apresenta excelente palco e as da Sul na casa de cultura Flávio Craveiro. A curadoria recebia dos orientadores o tema com música e proposta que por sua vez era ordenado em núcleos coreográficos utilizando-se da iluminação cênica e demais recursos como também da projeção o que amarrava e unificava fortemente as partes.

Os encerramentos surpreenderam a todos pela qualidade e pela adesão à temática, com coreografias que abordavam as questões étnico-raciais, de gênero e das sexualidades humanas por vários ângulos, seja no figurino, na própria música, ou na gestualidade e movimento surgindo em cena partituras gestuais abordando as relações homo afetivas, preconceitos étnico-raciais e de gênero. Na apresentação da região Sul a abertura era realizada por um aprendiz transexual o que provocou estranhamentos, mas sempre no final do solo

contemporâneo era bastante aplaudida pela plateia. Essa coreografia foi convidada para apresentar-se nas composições das demais regiões sempre com sucesso.

Outra questão importante foi à presença em solos de dança e mesmo nos coros de pessoas obesas, pas de deux em duplas masculinas e em femininas, a presença da androginia causada pela maquiagem e figurinos, tudo isso reforçado pelas projeções, ou seja, o padrão corporal e estético antes tão rígido exigido para as apresentações finais foi totalmente subvertido.

Ao todo, somando as três regiões, somente na área de dança foram 523 aprendizes com oito apresentações, contabilizando um público de cerca de 2.400 pessoas, na sua grande maioria parentes dos aprendizes e convidados das organizações não governamentais ligadas às causas relacionadas aos direitos humanos.

Na última apresentação da zona Leste tivemos sérios problemas com uma cidadã ligada ao presidente da câmara municipal, o que na verdade já havia ocorrido em forma de queixas de pequena parte do público em sessões anteriores, indagando se as adolescentes de determinada coreografia tinham sido consultadas sobre o tratamento audiovisual em que aparecia ao fundo um nú feminino frontal e no primeiro plano um beijo entre dois homens.

A explicação dada à Cidadã foi que o tema havia sido eleito pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo e que o objetivo era construir um espaço de convivência respeitoso entre as diferenças, sobretudo no que se referia à raça-etnia; gênero e sexualidades humanas. A cidadã, não contente com a explicação dada, anunciou que iria levar a questão à presidência da Câmara e que não concordava com a abordagem dada à coreografia.

A questão foi levada posteriormente ao Presidente da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, que avaliou a situação política atual, pois naquela semana a bancada oposicionista e o governo tiveram significativos embates e em nome da governabilidade o executivo optou por entregar a chefia do Gabinete a um político conservador, que foi autor da lei que possibilitou o retrocesso da Fundação nos anos 90, decidiu solicitar a retirada do audiovisual da coreografia em uma clara posição de recuo ante a fragilidade em que nos encontrávamos no momento.

Mas uma vez o braço do Estado regulando, ditando o que pode e o que não pode ser dito e mostrado sobre o sexo, vigiando, reforçando a norma o poder de polícia que despoticamente em nome da moral estabelecida pelas ameaças à ordem burguesa capitalista, exerce a censura, proíbe expressões que contestam a cultura hegemônica. O acontecimento

nos abalou a todos, mas sabíamos que desde o início estávamos lidando com um campo minado e que as forças retrógradas da Cidade, capital-nacional da tecnologia, a cada dia assumem publicamente suas posições reacionárias. O retrocesso que vivemos hoje em São José é o reflexo do que ocorre em escala nacional, uma onda conservadora que ameaça os avanços sociais e políticos alcançados e conquistados nas últimas décadas. Por outro lado grupos subalternos estão mais organizados participando de diferentes conselhos, se reunindo em coletivos e cobrando suas demandas e reivindicações do poder público o que demonstra também um maior empoderamento desses diferentes segmentos sociais nos debates.

3.3 - I Encontro do Povo de Axé



Foto 4 – Folder – I Encontro do Povo de Axé

TEXTUAL



"Respeito ao ser humano deve existir em qualquer situação. Mas as pessoas passam dos limites, parecendo torcida organizada"
ALCEMIR PALMA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO

"As pessoas têm o direito de viver a sua sexualidade e gênero da maneira como quiserem, sem serem perseguidas, humilhadas, espancadas e muitas vezes mortas por causa disso"
YARA BELELI
COORD. NÚCLEO PÁGU DA UNICAMP

"Liberdade de expressão não é destilar o ódio de qualquer forma. As redes sociais, por exemplo, são um ambiente falsamente democrático. É um diálogo penoso com as diferenças"
LUANA TVARDOUSKAS
HISTORIADORA E PROFESSORA

"A intolerância é algo intrínseco às religiões, que são terreno propício a conflitos. Algumas poucas se sentam para o diálogo, mas para isso se demanda muito esforço"
EDIN SUEI ABUMANSUR
CIENTISTA SOCIAL E PROFESSOR

"A guerra declarada entre os pentecostais e as religiões afro, que recrudescem a partir de 2010, com a bancada evangélica na Câmara"
REGINALDO PRANDI
SOCIÓLOGO E PROFESSOR



Agressão. Gênero e sexualidade foi o tema abordado na tarde de ontem na jornada sobre intolerância, apresentado pelas pesquisadoras Lara Beleli e Luana Saturnino Tvardouskas, no auditório do Sesc de São José. Segundo elas, a mulher ainda sofre muita discriminação na sociedade e é agredida física e moralmente. Para as especialistas, as pessoas devem viver a sua sexualidade de maneira livre, sem serem perseguidas e atacadas por suas opções sexuais

COMPORTAMENTO RODADA DE DEBATES SOBRE O TEMA ABORDOU EFEITOS DOS CONFLITOS RELIGIOSOS

Para pesquisadores, religião é área propícia para intolerância

Debate foi um dos mais polêmicos da jornada realizada no Sesc de São José; evento termina hoje

15

horas foi o tempo dedicado às palestras e debates até hoje em cinco encontros da jornada das intolerâncias

Comente esta reportagem no site www.oval.com.br

RODADA Futuro é tema do último debate

Oswaldo Giacóia Jr., filósofo e professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), encerra hoje, às 19h, o ciclo de debates sobre as intolerâncias no Sesc. Ele vai falar sobre o tema "O futuro do humano diante das intolerâncias". O público esperado é de 125 pessoas para a palestra, que será encerrada com perguntas da plateia.

VISUAL Painel com frases vai para internet

As artistas Carla Hirata e Mariana Kz, do coletivo Entrelinhas, que destacam frases dos debatedores das jornadas das intolerâncias num quadro de papel, irão escanear todos os painéis e divulgar nas redes sociais. As frases e os desenhos ficarão disponíveis para download. "Ideia é ter uma leitura artística das palestras e traduzir isso com desenhos", disse Carla.

XANDU ALVES
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Religião é conflito e terreno propício para a intolerância.

Defendendo essa afirmação polêmica, os pesquisadores Reginaldo Prandi e Edin Sued Abumansur, debatedores de ontem na quinta rodada de debates sobre as intolerâncias, no Sesc de São José, abordaram o tema de crenças e religiões de maneira direta e sem rodeios, evidenciando uma silenciosa disputa nas periferias do país pela supremacia religiosa.

Num dos mais polêmicos debates até agora, realizados em parceria com a FCCR (Fundação Cultural Cassiano Ricardo) de São José e apoio do jornal O VALE, os dois intelectuais fizeram uma introdução histórica sobre as religiões para chegar aos dias de hoje.

Sociólogo, escritor e professor sênior da USP (Universidade de Taubaté), Prandi se concentrou nas religiões africanas, como candomblé e umbanda, além de inúmeros ritos existentes no Brasil.

Cientista social e professor do programa Ciência da Religião da PUC (Pontifícia Univer-



→ **HOJE**
19h: O futuro do humano diante das intolerâncias
Com: Oswaldo Giacóia Jr. (filósofo e professor da Unicamp)

→ **PÚBLICO**
Pode fazer perguntas por escrito e falada aos debatedores

→ **VÍDEO**
A jornada está sendo gravada pela FCCR e ficará disponível a partir de janeiro de 2016, na Fundação Cultural e no Sesc.

→ **JORNADA**
O ciclo de debates sobre as intolerâncias tem o objetivo de refletir sobre o atual cenário sociopolítico das intolerâncias no país

sidade Católica) de São Paulo, Abumansur se concentrou sobre os evangélicos pentecostais, grupo religioso que mais cresce no país atualmente.

Para ambos, a história da religião é um campo minado de conflitos, especialmente entre as denominações monoteístas, que defendem a crença em um único Deus.

"Esses não aceitavam qualquer afirmação contrária à existência de um só Deus. Toda história do Ocidente, da instituição de um único Deus, foi uma história de guerras", disse Prandi.

GÊNERO

Sexualidade domina debate

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Na parte da tarde, o tema do debate no Sesc não foi menos polêmico: gêneros e sexualidade, debatido pelas pesquisadoras Lara Beleli e Luana Saturnino Tvardouskas. Elas refletiram sobre a condição da mulher e das questões que envolvem gêneros, tema que ganhou fôlego no país

África. Ele explicou que o primeiro choque com as religiões africanas foi que elas são de matriz politeísta, com crenças em diversas divindades.

Mesmo assim, o sociólogo disse que as crenças foram relativamente bem aceitas por cristãos no Brasil, em razão de um certo sincretismo nacional, embora elas não fossem reconhecidas oficialmente como religiões. "Eles tinham tradição em aceitar o outro, e assim foi mais fácil de incorporar práticas cristãs".

O problema começou com maior impacto, segundo ele,

com o enfrentamento dos grupos evangélicos pentecostais. Segundo Abumansur, há uma guerra declarada dos pentecostais contra as religiões afro que culminaram até mesmo em ações na Justiça.

Porém, ele acredita que os pentecostais também sofrem intolerância e perseguição ao mesmo tempo em que estão do lado de dentro da trincheira.

Para vencer as intolerâncias nesse campo, segundo ele, é preciso apostar esforço no diálogo e na compreensão. "Religião é capaz de grandes atos", afirmou. ●

(Universidade Estadual de Campinas).

Para Luana Tvardouskas, historiadora e professora convidada da Unicamp, as mulheres se apropriaram da arte para enfrentar o machismo, usando de ironia para questionar o padrão de beleza e a violência. "Hoje se estupra e diz que foi por brincadeira, por estar bêbado. Não dá para aceitar". ●

RADAR VALE

TRÂNSITO São José começa a instalar ciclofaixas

O governo Carlinhos Almeida (PT) iniciou nesta semana as obras de duas ciclofaixas nas regiões sul e oeste da cidade. Na última quarta-feira, funcio-



nários da prefeitura iniciaram a obra de 2,9 quilômetros na avenida Doutor João Batista Soares de Queiroz Júnior, no Jardim das Indústrias, zona oeste. Também começaram a obra na Estrada Velha, na região sul. A ciclofaixa da zona oeste terá 1,50m de largura e será implantada junto ao canteiro central, com dois sentidos de circulação no trecho da praça Professor Hélio Augusto de Souza (em frente ao Ciretrán) até a rotatória da Johnson & Johnson. Na próxima quarta-feira, a prefeitura inicia a obra da ciclofaixa que ficará na rua Durvalina Silva Aguiar, no bairro Jardim Santa Inês I.

SERVIÇOS Qualidade de asfalto recebe críticas

Após vistoria, a oposição ao prefeito Ortiz Junior (PSDB) criticou a qualidade de serviço de recuperação asfáltica executado desde o fim de outubro em vias da região central de Taubaté. O trabalho, executado pela prefeitura, está orçado em R\$ 2 milhões. "O correto seria realizar a substituição do pavimento antigo por um asfalto novo", disse o vereador Salvador Soares (PT). O governo tucano alegou que "o material é submetido a diversos ensaios e análises".

TRANSPORTE Projeto do TcTau entra em debate

A Câmara de Taubaté promove hoje, a partir de 19h, uma audiência pública para debater o projeto de lei sobre a integração do transporte público. A proposição, de autoria do prefeito Ortiz Junior (PSDB), é alvo de questionamentos por parte dos permissionários do TcTau (Transporte Complementar de Taubaté). A integração entre ABC Transportes e TcTau, prevista para janeiro de 2016, havia sido prometida pelo governo tucano para dezembro de 2013.

A Lei 11.635 tornou o dia 21 de janeiro “Dia Nacional de Combate a Intolerância religiosa”.

A lei foi sancionada em 2007 pelo presidente Lula e presta homenagem a Ialorixá Gildasia dos Santos falecida em 21-01-2000. Mãe Gildasia teve um ataque cardíaco vindo em seguida a falecer após ver sua imagem estampada na edição número 39 do jornal Folha Universal: “Macumbeiros e charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. A Igreja Universal do Reino de Deus foi condenada a pagar indenização aos herdeiros da sacerdotisa. A morte da mãe Gildasia representa a violência sofrida pelas religiões, religiosos, seguidores das religiões de matrizes africanas, acirrada nas últimas décadas pelo discurso truculento, violento das seitas neopentecostais que tem culminado a ataques a templos e seguidores do Candomblé e da Umbanda.

Na região do Vale do Paraíba diversos seguidores e templos sofreram algum tipo de violência lembrando que a região sedia a Basílica Nacional de Aparecida e há diversas organizações ligadas à ala conservadora da Igreja católica e um forte movimento evangélico neopentecostal. Por isso a Fundação Cultural Cassiano Ricardo justificada pelo seu Plano Municipal de Cultura decidiu apoiar integralmente o evento que tem como membros sacerdotes, sacerdotisas, seguidores, organizações como a CONEM Coordenação Nacional das Entidades Negras e de parte do Movimento Negro da região.

Em nossa conversa com sacerdotes, sacerdotisas e lideranças do povo de terreiro ou seguidores das religiões de matriz africana sentimos certo encolhimento, fechamento em seus templos com medo da violência externa sendo paradoxalmente recorrente a preocupação com suas crianças, sobretudo na rua e no ambiente escolar por isso o cuidado de retirar as marcas (guias, corda da costa nos braços, roupas etc.) que possam identificá-los como adeptos ao candomblé.

Programação:

22-01-2016

Museu Municipal de São José dos Campos

19h

Roda de Conversa com as Sacerdotisas mais velhas da região

Apresentações Culturais

23-01-2016

Largo da Igreja de São Benedito

9h

Abertura com feira de livros, alimentação e manifestações culturais.

Encontro de Ogans

Despacho para Exu

Preparação para a Caminhada do Povo de Axé que sairá do Largo São Benedito em direção ao largo da matriz de São José. Ato contra a Intolerância religiosa.

Em São José dos Campos, segundo dados oficiais, cerca de 180 mil moradores se definem como negros e pardos 25% da população. De acordo com os números publicados no Jornal Ovale em 20-11.2015 com base no IBGE a população negra apresenta escolaridade inferior, salários mais baixos. O Evento contou com a realização do CONEN-Vale do Paraíba e apoio da Fundação Cultural Cassiano Ricardo reunindo os diferentes segmentos das religiões de matriz africana da região.

Para o professor Kabenguelê “se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente diversa desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, somente podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes que deram origem ao Brasil atual sua função multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços” (MUNANGA, 2011).

O Candomblé tradicionalmente divide-se em pelo menos quatro configurações: Culto ao Ifá; Candomblé de Kêto ou Ioruba; Candomblé de Angola ou Bantu; Candomblé Gêge.

Cada uma das denominações acima está ligada a regiões africanas e matrizes culturais diferentes. Como religião que cultua as forças da natureza e que foi reinventada, reorganizada em território brasileiro, pois em África cada região ou cidade cultua um orixá, Inkice ou bodum, aqui reunidos em panteões sendo o Candomblé de Kêto o mais difundido e mais prestigiado por ter origem na Bahia e divulgado pelos intelectuais e escritores, principalmente por Jorge Amado.

Mesmo entre cada categoria há muitas interpretações e ritos constituindo os cultos e os espaços rituais como lugares de diversidade e entre uma categoria e outra há também hierarquizações sem contar uma quarta categoria representada pela Umbanda.

No primeiro dia do Encontro que ocorreu no auditório do Museu Municipal de São José dos Campos houve significativa presença do Povo de Axé do Vale do Paraíba representando as cidades: São José dos Campos; Santa Branca; Jacareí; Pindamonhangaba; Aparecida do Norte; Taubaté; Guaratinguetá.

Também a presença de autoridades ligadas a Fundação Cultural Cassiano Ricardo como Presidente; Diretora de Cultura; de Patrimônio; Secretaria da Promoção e Cidadania; Presidente do Conselho de Igualdade Racial; Diretores de Patrimônio das Cidades de Pindamonhangaba; Taubaté; Representações do CONEN Estado de São Paulo; Representante do culto de Ifá da Nigéria; babalorixás; ialorixás; tatetos; mametos; makotas; ogãs e seguidores dos candomblés e da Umbanda da região, lotando o auditório do Museu Municipal.

No primeiro momento do evento, que foi a solenidade de abertura, com a constituição da mesa em que foram convidadas as autoridades presentes com discursos que na grande maioria focou a importância daquele evento realizado pela primeira vez no Vale do Paraíba, da importância da lei 11.635; da importância da mobilização, união do Povo de Axé e da ocupação de espaços para maior visibilidade das suas manifestações culturais etc.

No segundo momento foram chamados ao palco as Ialorichás e Babalorichás mais antigos da região para depoimento como também o Babalorichá da Nigéria. Os depoimentos tiveram como tema recorrente os conflitos no interior do coletivo de axé por conta das diferenças litúrgicas, de orientação e mesmo das hierarquizações entre os diferentes cultos exaltando a união, o respeito às diferenças e a diversidade das manifestações religiosas de matriz africana e da união, a fim de ocupar os espaços do conselho da Igualdade Racial, do CONEN-Coordenação Nacional das Entidades Negras e do Conselho de Políticas Culturais. Em seguida houve apresentação de Toques com os ogãs mais velhos e um xirê - Canto de pontos aos Orixás do panteão Ioruba com os tambores de Kêto, sacerdotes e sacerdotisas do Kêto, Ifã e Bantu.

Na fala das lideranças fica explícito o medo generalizado da violência por isso o fechamento em torno de suas liturgias e espaços rituais e cada vez mais a presença da família consanguínea nos lugares de destaque nas liturgias por um lado por certo esvaziamento ou diminuição de seguidores e por outro como defesa excluindo assim a presença de estranhos em seus rituais e festas.

No segundo dia, logo pela manhã, o evento ocorreu no pátio da Igreja São Benedito, patrimônio do século XVIII preservado, há muitos séculos comandados pelas irmandades católicas na sua maioria branca. O dia 22 de janeiro foi histórico no sentido de retomada pelos negros da Igreja e do largo de São Benedito, muita gente paramentada entrando e saindo do templo, alguns rezando aos pés do altar de São Bendito subindo escadarias tocando os sinos explorando os espaços, crianças correndo, em fim uma reapropriação de um espaço há séculos ocupado pelas irmandades católicas.

No pátio, em pleno centro da cidade, durante toda manhã, ocorreram apresentações de capoeira; de maracatu, toques com ogós; xiris e cantos de pontos de umbanda, com barracas de acarajé; exposição de pintura. No início da tarde ocorreu a caminhada do Povo de Axé contra a intolerância religiosa pela avenida principal da cidade, devidamente sinalizada e organizada pelo Departamento de Trânsito, terminando no pátio em frente à Igreja Matriz de São José dos Campos.

O Evento, em nossa avaliação, foi exitoso tanto em termos de organização quanto em termos dos objetivos atingidos: unir o Povo de Axé que nos últimos anos vem se escondendo em seus espaços rituais diante da violência instalada em todo país; ocupar os espaços públicos como forma de resistência e exercício de cidadania; tornar visível a toda sociedade sua existência e importância do legado africano para a formação do que podemos chamar no plural de culturas brasileiras.

III Conclusão

Ao repensarmos o conceito de cultura como algo em constante construção no presente, em que a Diversidade, sempre pensada em contraponto aos fenômenos de homogeneização, ligada ao fenômeno que abriga um conjunto de diferenças sem que a desigualdade represente ameaça a construção de um comportamento dialógico, de respeito as diferenças estaremos no caminho da construção de uma democracia cultural.

Neste sentido utilizarei um conceito que me parece útil para tratar da complexidade das dinâmicas culturais de nossa contemporaneidade para indicar um conjunto de propostas de convivência democráticas buscando uma relação horizontalizada entre elas sem que os diálogos e as conexões estabelecidas não anulem as diferenças muito pelo contrario fortaleça-as “estimulando o potencial criativo e vital resultante da relação entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (FLEURI 2005).

Desta forma defendo políticas culturais, cujo fio condutor se inspire na interculturalidade, alicerçadas na negociação, na troca mediada, porém alavancada pelo conflito e pela negociação. Nesta moldura a diferença já é elemento constitutivo da cultura, estaremos optando dentro do jogo polissêmico que o termo cultura nos apresenta por uma visão mais dinâmica de cultura em constante mutação, dialógica, objeto de disputas, construção permanente, ressignificação de sentidos como em Macedo in Miskolci” Pensando assim a cultura não é ela vai sendo, se constituindo no presente, remetendo a repertórios partilhados, mas reescrevendo-os”. (MISKOLCI E MACEDO, 2010).

A Interculturalidade é produzida, negociada num jogo de trocas no presente que ocorrem na tensão de perdas e ganhos e de acomodações das partes em condições de igualdade, pois convivem de maneira interseccionada em realidades complexas, multifacetadas, polissêmica sem concessões que permitam privilégios a determinados grupos

em detrimento de outros e nem como ações conciliatórias, apaziguadoras que na realidade mascaram os abismos e exclusões simbólicas, sociais e econômicas.

Para que efetivação de políticas culturais que tenham como base a interculturalidade é preciso articular um conjunto de políticas públicas sensíveis às diferenças de cada grupo ou segmento, a fim de que as disputas, as trocas e permutas simbólicas ocorram em pé de igualdade.

Nesse sentido nossa crítica ao multiculturalismo passa pela dinâmica da convivência no sentido da tolerância, no escamoteamento das desigualdades, das barreiras simbólicas de acesso em que as relações de troca, disputa, ocorram em contextos de desigualdades entre as partes submersas, invisibilizadas em sistemas de hierarquização desiguais e excludentes.

Dessa forma igualdade e diferença articulam entre si uma dialética que pode traduzir as tensões ocasionadas pela hierarquização da sociedade geradoras de invisibilidades de injustiças a grupos e expressões culturais ditas subalternas.

A interculturalidade está mais próxima, em nossa opinião, ao pensamento de gestores, artistas, intelectuais que compartilham de uma visão progressista que crê na riqueza do capital cultural gerada pela diversidade, não no sentido liberal do termo em que igualdade e diferença podem ser naturalizadas, mas sim na disputa, na tensão gerada nos campos do social e do simbólico de subalternidades e hegemonias.

Inspirados no Conceito de Marilena Chauí de Cidadania Cultural a atual gestão da Fundação Cultural Cassiano Ricardo partilha da crença que para que uma política pública promova acesso equânime à criação, produção, fruição e formação cultural é preciso construir com a sociedade civil políticas de estado. Políticas em construção na cidade de São José dos Campos, por meio das conferências, audiências públicas, consultas que resultaram na confecção do Plano Municipal de Cultura; Conselho Municipal de Políticas Culturais; Sistema de Indicadores Culturais, Fundo Municipal de Cultura e a adoção das três dimensões da cultura como preconiza o documento do Ministério da Cultura nas suas dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Percebemos que no processo de construção dessas estruturas atores e grupos, até então distantes da Instituição Fundação Cultural Cassiano Ricardo, foram se aproximando, expressando suas demandas e compreendendo a importância da organização social e da participação para que suas demandas entendidas, como legítimas entrassem para agenda das demandas culturais operando dessa forma uma transformação significativa no pensamento do

governo e da sociedade civil, no conjunto de políticas públicas implementadas em São José dos Campos.

Toda a movimentação relativa às questões da diversidade revelou a cena política da Cidade e as posições em torno do jogo de forças dos que defendem uma política cultural que tenha como eixo basilar a questão da cidadania cultural e dos que são contrários, defensores dos interesses de importantes segmentos sociais representando as forças hegemônicas.

O jogo está posto, as condições para que o embate, o debate ocorra de forma um pouco mais igualitária em São José dos Campos estão criadas agora é preciso que os movimentos sociais se apropriem dos espaços e se fortaleçam para que a Cidadania Cultural seja perseguida com vitórias já consolidadas na criação da Secretaria de Promoção da Cidadania; na presença de segmentos minoritários no conselho da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, previstas no Plano Municipal de Cultura que ampliem efetivamente o acesso à criação, produção, distribuição, troca e fruição dos diferentes grupos, complexos culturais até fisicamente e simbolicamente alijados das políticas públicas da cultura em São José dos Campos.

Por fim, diante do contexto brasileiro que se desenha desfavorável do ponto de vista da democracia participativa, dos direitos civis e culturais, os desafios que se colocam para as políticas públicas da cultura e para a gestão que comungam os princípios da cidadania cultural estarão centrados nas estratégias de resistência- resistir e resistir, lideradas por artistas, movimentos sociais, intelectuais, gestores, agentes culturais ao processo de desmanche que possivelmente entrará em curso nos primeiros dias da nova gestão presidencial para que as três tristes tradições da política cultural não travem ao retomar integralmente seu ciclo na história das gestões e políticas públicas de cultura no Brasil.

IV Bibliografia

- ALVIM**, Beth Brait- Ciranda dos Tempos- Espaços do desejo- São Paulo: Escrituras; 2005.
- BOTELHO**, Isaura- Centros Culturais e a formação de novos públicos, Percepções, cinco questões sobre políticas culturais: Itaú Cultural, São Paulo, 2010.
- BUTLER**, Judith-Problemas de gênero: Feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa-** Cultura e Democracia, São Paulo, Cortez, São Paulo, 1997.
- CANCLINI**, Nestor Garcia- Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pizza Cintrão- Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade, EDUSP, 1997.
- FARIA**, H.j. B de Souza, Experiências de gestão cultural democrática, São Paulo, Polis, 1993.
- FONSECA**, Ana Carla Reis. Economia Criativa como estratégia de Desenvolvimento, São Paulo, Garimpo de Soluções e Itaú Cultural, 2007.
- FOUCAULT**, M. Historia da Sexualidade J: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.
- GEERTZ, C (ORG)**. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1995.
- JESUS, j. G.** Orientações sobre a identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012
- MISKOLCI**, Richard (ORG) Marcas da diferença no ensino escolar, São Paulo: EduFScar, 2010.
- MICELLI**, Sérgio (ORG)-Estado e Políticas Culturais no Brasil, São Paulo, Difel, 1984.
- MINISTÉRIO DA CULTURA DO BRASIL** Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Brasília, 2007.
- MUNENGA**, Kabenguelê- Superando o Racismo na Escola, Brasília, UNESCO, 2009.
- STUART**, Hall- A Identidade Cultural na Pós- Modernidade, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Indicações para consultas e pesquisas:

Máximo, Marco Aurélio- Hierarquias Sexuais e de gênero nos antagonismos contemporâneos- Lugares de Cultura.

Mello, Dilma- Cultura e Diversidade- Lugares da Cultura.

13 filmes para debater a diversidade sexual e de gênero:

www.revistaforum.com.br

13 filmes para discutir racismo na educação- educaointegral.org. br.

Estatuto Igualdade Racial- portal do governo federal.

Lei Maria da Penha e Ciclo da Violência contra gênero- portal do governo federal.

www.paulofreire.org.br/textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo_pdf.